

## VARGAS E AS RAÍZES DO PROJETO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL

### *VARGAS Y LAS RAÍCES DEL PROYECTO DE DESARROLLO EN BRASIL*

### *VARGAS AND THE ROOTS OF THE DEVELOPMENT PROJECT IN BRAZIL*

Francisco Tadeu Lima GARCIA<sup>1</sup>

**RESUMO:** O desenvolvimentismo no Brasil, quando objeto de estudo, é comumente examinado a partir do recorte posterior à ascensão de Vargas na década de 1930. Este artigo, entretanto, procura examinar as bases que estruturam o projeto desenvolvimentista de Vargas, partindo da experiência subnacional observada no governo do estado do Rio Grande do Sul, bem como das quatro correntes de ideias que Pedro Cezar Dutra Fonseca concebe, quando associadas e concatenadas, como matrizes do desenvolvimentismo no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vargas. Desenvolvimentismo. Intervencionismo. Industrialização. Positivismo.

**RESUMEN:** *El desarrollo en Brasil, cuando es objeto de estudio, es comúnmente examinado a partir del recorte posterior al ascenso de Vargas en la década de 1930. Este artículo, sin embargo, busca examinar las bases que estructuran el proyecto desarrollista de Vargas, partiendo de la experiencia subnacional observada en el experimento subnacional el gobierno del estado de Rio Grande do Sul, así como de las cuatro corrientes de ideas que Pedro Cezar Dutra Fonseca concibe, cuando asociadas y concatenadas, como matrices del desarrollismo en Brasil.*

**PALABRAS CLAVE:** *Vargas. Desarrollismo. Intervencionismo. Industrialización. Positivismo.*

**ABSTRACT:** *Developmentalism in Brazil, as object of study, is commonly examined from the post-Vargas rise in the 1930s. This article, however, seeks to examine the foundations underlying Vargas's developmentalist project, based on the subnational experience observed in government of the state of Rio Grande do Sul, as well as of the four currents of ideas that Pedro Cezar Dutra Fonseca conceives, when associated and concatenated, like matrices of the developmentalism in Brazil.*

**KEYWORDS:** *Vargas. Developmentalism. Interventionism. Industrialization. Positivism.*

---

<sup>1</sup> Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo - SP - Brasil. Mestrando em Direito Político e Econômico. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3310-8443>. E-mail: franciscotlgarcia@yahoo.com.br

## Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar as origens do desenvolvimentismo no início da chamada Era Vargas, a partir dos anos 1930, examinando as suas bases edificantes no contexto nacional diante da conjuntura internacional naquele período e os seus elementos precursores do ponto de vista econômico.

Como é sabido, Getúlio Vargas assumiu a dianteira do Poder Executivo nacional em seu primeiro período rompendo com a República Velha em um ambiente de instabilidade política e de gênese na economia primordialmente praticada no Brasil que teve como cenário a Revolução de 1930. No entanto, o enfoque aqui pretendido não cuida da ascensão de Vargas à liderança da república e sim da política econômica levada por ele a efeito quando já estava à frente do poder federal, mas de raízes pretéritas, e a sua importância para a construção e soerguimento do Estado desenvolvimentista no Brasil, partindo, para tanto, da retomada do seu ideário em matéria de economia, notadamente quanto às questões determinantes para a consolidação das origens do desenvolvimentismo. Questões que englobam o intervencionismo estatal e os processos de industrialização nacional, bem como as posições adotadas diante do capital estrangeiro, com forte apelo nacionalista intensificado.

A economia brasileira na República Velha propiciava a manutenção da tendência e inclinação da produção nacional no sentido de práticas primário-exportadoras oriundas de preceitos liberais dos mercados autorregulados, quando, em reação vigorosa à Grande Depressão, Vargas instituiu as matrizes do que seria posteriormente classificado como desenvolvimentismo no Brasil, concepção que remonta às teorias cepalinas, definidas apenas nas décadas de 1960 e 1970 com a construção do pensamento econômico latino-americano pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, e que historicamente no modelo nacional identificado é marcada por Getúlio Vargas e subsequentemente por Juscelino Kubitschek.

Como aspecto bastante emblemático dessas matrizes desenvolvimentistas, há de ser recuperada a política de defesa da economia nacional diante da drástica queda dos preços do café oriunda da crise de 1929, com a compra das sacas excedentes armazenadas e a moratória, que em conjunto com os reflexos da depressão e a desestruturação do mercado mundial impulsionaram o calculado destino do país à industrialização, com a economia urbana-industrial passando paulatinamente a ocupar os espaços no mercado nacional pela substituição de importações, conquanto seria necessário responder adequadamente à dependência do mercado nacional das exportações primárias, que no meio da depressão enfrentava as

dificuldades ocasionadas pelas flutuações cíclicas de demanda, tendência que se intensificou ulteriormente com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Fonseca (2004a, p. 225-226), o desenvolvimentismo é, por vezes, confundido com o intervencionismo estatal, a defesa da industrialização, o nacionalismo e as políticas econômicas expansionistas, com a instituição de atores estatais para atuação no mercado interno, como bancos e empresas públicas. Apesar de não existir àquela altura uma definição precisa, é caracterizado a partir de um “núcleo duro”, constituído pela defesa da industrialização, do intervencionismo pró-crescimento e do nacionalismo, a despeito de também se apresentar com variações mais amplas e até mesmo radicais de rompimento com o capital estrangeiro. Porém não bastaria estar diante de governos que apresentassem esses elementos para considerá-los desenvolvimentistas, porque essas partes constituintes do “núcleo duro” poderiam ser observadas também em um período anterior ao que se convencionou denominar de desenvolvimentismo, depois da ascensão de Vargas. No entanto, os três elementos do indigitado “núcleo duro” devem estar associados de modo estruturado e concatenado a um objetivo comum, o que se caracterizaria como um pré-requisito para se falar em desenvolvimentismo, ou seja, é necessária a observação do momento de conjugação desses elementos para identificar o desenvolvimentismo e os seus alicerces.

Com essas considerações, para se trabalhar as raízes do projeto desenvolvimentista de Vargas, é preciso abordar as quatro correntes de ideais que o antecedem e a sua confluência para a formação desse fenômeno da história econômica nacional, notadamente as três que integram o referido “núcleo duro”: as correntes nacionalistas, intervencionistas pró-crescimento e pró-industrialização, aliadas à corrente positivista, que propiciaram a construção do desenvolvimentismo no Brasil e uma consciente adoção das políticas econômicas verificadas (FONSECA, 2004a, p. 227).

### **Experiência subnacional**

Getúlio Vargas, antes de assumir o poder no plano nacional e dar início às políticas que deram corpo ao projeto desenvolvimentista com iniciativas deliberadas diante do contexto já antes superficialmente delineado da década de 1930, foi responsável por efetivar, ainda no plano subnacional, enquanto esteve no comando do Rio Grande do Sul, entre 1928 e 1930, a mais eloquente materialização das ideias embrionárias do desenvolvimentismo (SALOMÃO, 2017, p. 429).

Autor de diversos estudos sobre a Era Vargas e o desenvolvimentismo no Brasil, Fonseca (2004a, p. 242) concebe que foi justamente nessa experiência subnacional, no governo do Rio Grande do Sul, que os três elementos que constituem o referido “núcleo duro” do desenvolvimentismo foram observados pela primeira vez associados ao positivismo, de tal modo que seria a primeira expressão mais concreta e acabada do modelo, ou seja, a partir de medidas efetivamente implementadas pelo governo, e não apenas como propostas, que colocavam o Estado no protagonismo da sua relação com a economia e com a sociedade, como forma de estímulo ao desenvolvimento.

Em seu denso estudo histórico acerca do governo Vargas no Rio Grande do Sul, Axt (2002, p. 124) enfatiza a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul BERGS pelo Decreto n. 4.079, de 22 de junho de 1928, ampliando a disponibilidade de crédito e flexibilizando os critérios de sua aprovação, que, além de acabar por costurar o apoio dos federalistas que o auxiliaria no plano nacional posteriormente, denotou uma sólida preocupação do Estado com o desenvolvimento, contornando a situação de pré-insolvência verificada.

De acordo com Fonseca (2004a, p. 244), entretanto, ainda que essa medida bastante simbólica de criação do banco estatal indicasse a adoção de uma nova postura do Estado no que concerne à economia, a vertente nacionalista não estava presente em sua forma mais radical, mormente porque a origem de seu capital ensejou a renegociação de empréstimos obtidos junto ao capital estrangeiro, mas evidenciava o alinhamento com o nacionalismo pragmático dos vanguardistas na defesa da industrialização, porque consideravam os empréstimos externos bem aceitos quando realizados para propiciar o projeto de fomento da indústria interna, ainda bastante incipiente.

Não obstante, da análise dos discursos de Vargas naquele período em que comandou o estado gaúcho, a substituição do termo “progresso” por “desenvolvimento”, seria a herança da matriz positivista que ulteriormente marcaria esse processo de adoção de novas práticas econômicas, porque indicaria a noção de evolução, de marcha progressiva, colocando o governo e, via de consequência, o próprio Estado na dianteira da construção de um destino na história.

### **As correntes de ideias que antecedem o desenvolvimentismo**

De proêmio, anote-se que para alguns autores a defesa da industrialização, ainda que isolada dos demais elementos que serão abordados, seria o rascunho do desenvolvimentismo que viria a ser construído, como é o caso de Bielschowaky (2004, p. 248), quando ao apresentar

o esboço do projeto desenvolvimentista reconhece, desde o Século XIX, a existência de discursos em defesa de políticas de industrialização, a denotar uma consciência industrialista que, por si, seria a semente desenvolvimentista que germinaria depois de superada a República Velha, já na Era Vargas.

No entanto, ao abordamos as correntes de ideias que antecedem o desenvolvimentismo neste tópico, as concepções tratadas são aquelas descritas por Pedro Cezar Dutra Fonseca (2004a).

Conforme já prenunciado, o surgimento do desenvolvimentismo no Brasil, que se intersecciona com a consolidação das bases edificantes do projeto desenvolvimentista de Vargas depois de sua ascensão ao plano federal na década de 1930, decorre da associação de quatro correntes de ideias que, conjugadas, inclinam-se no sentido de que o governo tem como principal dever buscar o desenvolvimento econômico, a sua razão de ser, motivo pelo qual suas ações seriam direcionadas conscientemente nesse sentido.

A corrente nacionalista, a mais antiga das quatro que edificaram o desenvolvimentismo e de origem ainda no Brasil colonial, buscava não apenas a ruptura do elo de dependência e submissão existente com Portugal, mas repudiar os entraves do ponto de vista econômico que as instituições, os monopólios e a legislação, de um modo geral, impunham ao mercado.

Aliás, é importante anotar que o nacionalismo, em um primeiro momento, não se opunha ao liberalismo e ainda o ladeava. Notadamente porque as políticas tarifárias, consideradas como as primeiras manifestações nacionalistas com o objetivo de também proteger o mercado interno, pretendiam defender a manufatura complementando o incentivo da especialização primária, fato que viria a corroborar a concepção que ficou bem definida posteriormente no desenvolvimentismo de que os interesses da indústria e os interesses nacionais não são antagônicos, com a ideia de que, a despeito de o mercado interno dever ser o foco da política econômica, o país não deveria romper desde logo com o mercado externo e o capital estrangeiro.

Contudo, o nacionalismo, essencialmente o agrário, enxergava no modelo primário exportador a vocação econômica do Brasil e emergia a necessidade de que fossem adotadas medidas mais pragmáticas. Medidas que na década seguinte foram cruciais para a estruturação do desenvolvimentismo, surgindo então a segunda corrente: dos defensores da indústria, que vislumbravam na industrialização os caminhos que conduziriam o Brasil para os rumos do desenvolvimento.

O ideário em favor da indústria começou a ser observado nos primórdios da República no Brasil e desde os últimos anos do Império, podendo se dizer que os defensores da indústria

comumente evocaram anseios republicanos e modernos, mormente porque era com o Império que se ligava a noção de atraso, escravidão e vida rural.

A República apontava, já em seus primeiros anos, que o setor secundário crescia de modo expressivo, o que criou espaço favorável para a desconfiança do mercado quanto às políticas expansionistas, notadamente também no contexto da crise do Encilhamento, associando as propostas industrialistas como responsáveis pela inflação, acirrando e dividindo as opiniões sobre os rumos da economia brasileira, uma vez que com a expansão do capital industrial, cresceu o capital financeiro e a especulação.

Importante registrar também que nessa época, as políticas de industrialização estavam voltadas para o benefício de matérias-primas, aliadas ao setor primário, em que o protecionismo era dispensável, ocasião em que foram cunhadas as expressões de indústria natural, voltadas a essas questões domésticas de recursos, e artificial, que dependia de intensificado protecionismo, com a crítica no tocante à artificialidade contida na produção artificial de um campo favorável à produção interna que sujeitava o consumidor nacional a produtos mais caros e piores do que os produzidos pelo mercado externo e importados, principalmente porque a mão de obra não era qualificada o suficiente para produzir a partir de tecnologias avançadas e o capital exigido para fomentar essa artificialidade era muito alto e não era compatível com a realidade brasileira. Como consequência, o setor secundário foi responsabilizado pela inflação e alvo de profunda desconfiança.

Entretanto, mesmo que de forma incipiente, o empresariado nacional passou a defender a industrialização ainda no Império, atribuindo ao liberalismo a estagnação econômica e a sujeição à manutenção da produção primária enquanto força motriz da economia nacional, de tal sorte que o discurso industrialista surge no contexto interno a partir de concepções eminentemente oriundas do nacionalismo, pois veio associado à noção de independência econômica do Brasil, com o anseio de ruptura com o sistema colonial, próprio dos países em que a agricultura é a principal atividade.

Fica claro que todos estes autores ou políticos defensores da indústria recorriam a certo nacionalismo, embora este não seja exclusivamente industrial (como se assinalou, há o nacionalismo agrário). Todavia, o caráter inflamado da retórica na maioria das vezes não correspondeu a ações concretas. A crítica à situação “colonial” do país não significava necessariamente desprezar o capital estrangeiro nem deixava de reconhecer sua importância para a própria industrialização. A maior parte dos defensores da indústria lamentava a omissão dos governos e propugnava maior intervencionismo, inclusive tarifas, mas julgava desaconselhável medidas radicais que pudessem prejudicar as relações com os grandes centros que, além de mercados consumidores, eram supridores tanto de bens de capital

como de financiamento, todos realisticamente lembrados como indispensáveis à industrialização (FONSECA, 2004a, p. 232-234).

Nesse ponto, identifica-se também o pragmatismo dessa corrente de ideias dos defensores da industrialização, conquanto a ruptura com a colônia e a busca de uma independência econômica não significasse para os adeptos a rejeição total do mercado internacional, mas sim, uma boa convivência instrumentalizada pelo regime aduaneiro, criando ambiente protecionista de bom convívio do capital nacional e o capital estrangeiro.

Essa vertente pragmática demonstra que o discurso pela defesa da industrialização procurava elaborar uma posição moderada sobre as ideias de mercado e de intervenção estatal necessárias para viabilizar a proposta, principalmente porque existia uma preocupação com a realidade e com a coerência da aplicação prática das medidas pretendidas.

Aliás, essa tônica de moderação e pragmatismo que ganhava corpo no discurso industrialista tinha por escopo robustecer as vozes dos defensores da industrialização, com a conquista de partidários do modelo colonial, que, em uma postura conservadora, ainda acreditavam e defendiam a manutenção do sistema em razão da natural vocação do Brasil à agricultura e às práticas primário-exportadoras, procurando convencê-los com o argumento de que o intervencionismo em favor da indústria não seria apenas uma dedução abstrata da realidade vindoura, mas sim justificado pela análise histórica do processo de desenvolvimento observada no cenário global, que sempre esteve alinhado ao favorecimento da indústria nacional.

Nota-se que não há nenhum tom xenófobo, ao contrário: deve-se aproveitar a experiência histórica de industrialização de outros países como ensinamento, discurso diverso de outro, mais radical, que advoga que cada nação deve buscar seu próprio caminho, mais comum a autores marxistas do século XX (FONSECA, 2004a, p. 234).

Seguindo os mesmos exemplos pragmáticos dos defensores da indústria, os papelistas também se escoravam na praticidade das iniciativas para contrapor os chamados metalistas e os modelos da ortodoxia em que o padrão ouro era defendido, mormente em razão das dificuldades de conversibilidade, remontando questões de ordem monetária e cambial, que são particularidades observadas nos países periféricos como o Brasil à época e que tinha como consequência a redução das possibilidades de investimento na produção, diante da dificuldade de se sustentar esse modelo de moeda com lastro em reservas de ouro.

Essencialmente, para os papelistas, sejam os moderados ou os radicais, nesses últimos que se encontraria Rui Barbosa e as políticas precursoras do que veio a ser a crise do Encilhamento já referida, está a preocupação maior de estímulo à atividade econômica,

aumentando seus níveis, de tal forma que a quantidade de moeda fosse seguindo a quantidade de volume de negócios, de modo elástico, condizente com o mercado.

Essa concepção papelista, contudo, era bastante condenada pelos metalistas, notadamente porque a preocupação deles estaria justamente concentrada na estabilidade do mercado e da política cambial, de tal sorte que subordinar a moeda à elasticidade do mercado seria um equívoco com potencial inclinação para crises, que apenas o padrão ouro, relacionando-se a política monetária e o balanço de pagamentos, com o objetivo de que a oferta de moeda tenha lastro e a inflação seja evitada, na medida em que haveria um equilíbrio da moeda com o capital, que não se confundiriam.

O papelismo teve papel importantíssimo nas origens do desenvolvimentismo. Em primeiro lugar, por romper com princípios básicos da teoria econômica convencional, afrontando dogmas quase consensuais, como a conversibilidade e o papel passivo da política monetária. Em segundo, e talvez o mais importante, era inaugurar uma concepção de política econômica que a tornava responsável pelo crescimento: o Estado poderia e deveria atuar como agente anticíclico (FONSECA, 2004a, p. 237).

Ainda que o papelismo não tivesse posições mais bem definidas no sentido intervencionista pró-crescimento, como a criação de bancos e empresas estatais com atuação direta do Estado em defesa do desenvolvimento, foi ele que colocou a atividade produtiva, pela primeira vez, no centro da economia, enquanto variável substancial para a definição das políticas cambiais, monetárias e creditícias.

O papelismo redefiniu a postura do Estado na definição da política econômica, colocando-o como protagonista nos rumos desenvolvimentistas do capital produtivo interno que modificaria a estrutura de relações entre os agentes do mercado que era antes observada no contexto ortodoxo, mas é importante ressaltar que os papelistas não eram os nacionalistas, tampouco os defensores da indústria. Conquanto a referência à produção nos anseios do papelismo pela reestruturação do padrão de moeda dizia respeito às questões eminentemente agrícolas, próprias também do ciclo de safra e a flutuação entre os períodos e os ânimos dos negócios.

O papelismo, de fato, aumentou a presença do Estado em prol da atividade produtiva, na defesa da flexibilização das políticas econômicas diante das flutuações no mercado, o que constitui uma das raízes sobre as quais o desenvolvimentismo se ergueria, mas havia a necessidade de coordenar de modo consciente o intervencionismo em direção aos objetivos almejados enquanto projeto desenvolvimentista de Estado.

É nesse contexto que o positivismo ocupa o espaço de organização estruturante na construção desse futuro desenvolvimentista, como oposição ao liberalismo e escorado inicialmente em Benjamin Constant e com inspiração em Comte, St. Simon, Stuart Mill e Spencer.

Marcado por divisões e por debates internos, como qualquer doutrina, o positivismo apresenta três vertentes: o religioso (a “Religião da Humanidade”, apregoada por Comte ao final da vida, e que inspirou a criação de templos positivistas); o científico (apregoando as vantagens do método indutivo, a crítica à metafísica e a supremacia do saber científico sobre o religioso ou filosófico, com a criação de uma ciência social positiva – a Física Social); e o político, aconselhando regras para a boa administração das finanças e da política, o de maior influência no Brasil e na América Latina e, principalmente, na gênese do desenvolvimentismo. Não cabendo reconstituir todo seu ideário, cabe aqui assinalar o que mais contribuiu para a formação do desenvolvimentismo (FONSECA, 2004a, p. 241).

Com base nessas premissas é que se concebe o positivismo como uma das raízes do projeto desenvolvimentista, porque ordenava as demais correntes, aceitando a intervenção estatal na economia desde que presente um “problema social” que ensejasse a atuação do Estado e, principalmente, entendendo o poder público como ente de indissociável dever de contribuição para que a sociedade se direcionasse no sentido dos rumos do progresso.

Malgrado o positivismo fosse apegado à ortodoxia em matéria de política econômica, sua importância para a construção do desenvolvimentismo foi inegável, porque, em termos práticos, ampliou o espectro de atuação e interferência aceitável do Estado quando presente “necessidade social”, inclusive ao ponto de intervir no desenvolvimento econômico dando um sentido às demais raízes oriundas das correntes estruturantes nacionalistas e dos defensores da industrialização.

### **Considerações finais**

A partir da revisão dos estudos de Pedro Cezar Dutra Fonseca, é possível identificar que as raízes do projeto desenvolvimentista de Vargas, alinhadas ao próprio norte do desenvolvimentismo brasileiro, estão estruturadas em quatro vertentes que se manifestaram de forma ainda embrionária desde o Império no Brasil, mas que apenas depois, por Vargas, foram combinadas em uma mesma direção para a formação de uma política econômica.

A industrialização, o intervencionismo pró-crescimento, o nacionalismo e o positivismo, quando conjugados de forma concatenada formam as matrizes ideológicas do

desenvolvimentismo. As três primeiras integram o “núcleo duro” que edificou o Estado desenvolvimentista, mas que só foi possível quando a última corrente abordada, o positivismo, atribuiu noção de práxis e de linha de progresso e evolução relevante no contexto dos problemas sociais, autorizando a interferência estatal.

Essas correntes, de forma associada, foram experimentadas por Vargas no plano subnacional durante o governo do Rio Grande Sul, em 1928, e é entendida como a primeira expressão do positivismo no Brasil, servindo de laboratório para uma iniciativa de ruptura da “vocação natural” do país para a especializa o da atividade primária, destacando-se o distanciamento dos dogmas liberais, notadamente com a cria o de um banco estatal para promo o do desenvolvimento, ainda que de modo diverso da política posteriormente observada no plano federal.

Assim, a despeito das defini es carreadas pelas teorias cepalinas no que concerne   forma o do desenvolvimentismo no Brasil na Era Vargas, que a rigor são bastantes coesas no contexto do pensamento econômico latino-americano, o fato   que as suas bases edificantes estão enraizadas antes, a partir das suas quatro correntes estruturantes, com experiências concretas que embasaram o projeto desenvolvimentista instituído no âmbito nacional por Vargas depois.

## REFERÊNCIAS

AXT, G. O Governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul (1928-1930) e o setor financeiro regional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 29, p. 119-140, 2002.

BASTOS, P. P. Z Qual era o projeto econômico varguista? **Estudos Econ micos**, São Paulo, v. 41, p. 345-382, 2011.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento Econ mico Brasileiro, 1930-1964**: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, 2012.

BIELSCHOWSKY, R; MUSSI, C. (Orgs.). O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anota es sobre 1964-2005. **Seminário Brasil-Chile: Una Mirada Hacia América latina y sus Perspectivas**. Santiago, jul. 2005.

FONSECA, P. C. D. A Gênese Regional da Revolu o de 30. **Estudos Econ micos**. Instituto de Pesquisas Econ micas, São Paulo, v. 29, n.1, p. 113-127, 1999.

FONSECA, P. C. D. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004a.

FONSECA, P. C. D. Do Progresso ao Desenvolvimento: Vargas na Primeira República. *In: XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, João Pessoa - PB. Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia da ANPEC*, v. 1, 2004b.

SALOMÃO, I. C. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. **Nova Economia, Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 27, p. 421-442, 2017.

VAN DER LAN, C. R.; CUNHA, A. M.; FONSECA, P. C. D. Os Pilares Institucionais da Política Cambial e Industrialização nos Anos 1930. **Revista de Economia Política**, v. 32, p. 597-614, 2012.

### Como citar este artigo

GARCIA, Francisco Tadeu Lima. Vargas e as raízes do desenvolvimentismo no Brasil. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v.8, n.1, p. 1-14, jan./jun. 2019. e-ISSN: 2358-4238. DOI: 10.29373/sas.v8i1.12463.

**Submetido em:** 17/04/2019

**Aprovado em:** 31/05/2019